

REENERGISA GERACAO
FOTOVOLTAICA I

RESULTADOS
2025

 reenergisa

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA I
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 26 de março de 2026 – A Administração da REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA I

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA I
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4.1	3.490.503	2.575.190
Aplicação no Mercado Aberto	4.2	-	721.870
Clientes	5	-	23.198
Tributos a recuperar	6	19.361	6.015
Outros créditos		310.202	234.044
Total do circulante		3.820.066	3.560.317
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	6	54.364	12.422
		54.364	12.422
Imobilizado	8	5.806.621	6.074.147
Intangível	9	239.741	250.202
Total do não circulante		6.100.726	6.336.771
Total do ativo		9.920.792	9.897.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA I
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	20.000	19.130
Arrendamentos operacionais	12	16.878	31.849
Impostos e contribuições sociais	11	91.940	86.942
Dividendos a pagar	14.2	310.520	297.818
Outros passivos		15.025	9.024
Total do circulante		454.363	444.763
Não circulante			
Arrendamentos operacionais	12	241.506	228.156
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	13	22.015	59.367
Total do não circulante		263.521	287.523
Patrimônio líquido			
Capital social	14.1	8.271.347	7.641.347
Dividendos adicionais propostos	14.2	931.561	893.455
	7		630.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	
Total do patrimônio líquido		9.202.908	9.164.802
Total do passivo e patrimônio líquido		9.920.792	9.897.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA I
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	15	1.542.307	1.999.753
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	16	(361.303)	(325.571)
Lucro bruto		1.181.004	1.674.182
Despesas gerais e administrativas	16	42.405	(236.250)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		1.223.409	1.437.932
Receitas financeiras	17	356.365	121.698
Despesas financeiras	17	(110.037)	(50.982)
Despesas financeiras líquidas	17	246.328	70.716
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		1.469.737	1.508.648
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(227.656)	(243.193)
(Lucro/Prejuízo) do exercício		1.242.081	1.265.455
(Lucro/Prejuízo) básico por ação - R\$	19	0,15	0,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA I
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício	19	<u>1.242.081</u>	<u>1.265.455</u>
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		<u>1.242.081</u>	<u>1.265.455</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA I
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO S/A
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em reais)

	Nota	Capital social	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024		3.801.347	-	(74.182)	3.840.000	7.567.165
Aumento de capital, conf. 4ª alteração contratual de 16 de maio de 2024	14.1	3.840.000	-	-	(3.840.000)	-
Lucro do exercício	19	-	-	1.265.455	-	1.265.455
Dividendos	14.2	-	-	(297.818)	-	(297.818)
Dividendos adicionais propostos	14.2	-	893.455	(893.455)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	-	-	-	630.000	630.000
Saldos em 31 de dezembro de 2024		7.641.347	893.455	-	630.000	9.164.802
Aumento de capital, conf. 8ª alteração contratual de 30 de abril de 2025	14.1	630.000	-	-	(630.000)	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	(893.455)	-	-	(893.455)
Lucro do exercício	19	-	-	1.242.081	-	1.242.081
Dividendos	14.2	-	-	(310.520)	-	(310.520)
Dividendos adicionais propostos	14.2	-	931.561	(931.561)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		8.271.347	931.561	-	-	9.202.908

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA I
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de locação de equipamentos e prestação de serviços	15	1.600.734	2.075.509
		1.600.734	2.075.509
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e Serviços de terceiros	16	(55.806)	(177.183)
Outros custos operacionais		13.658	(71.963)
		<u>(42.148)</u>	<u>(249.146)</u>
Valor adicionado bruto		1.558.586	1.826.363
Depreciação e amortização	16	(277.987)	(291.319)
		<u>1.280.599</u>	<u>1.535.044</u>
Valor adicionado líquido produzido			
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	17	356.365	121.698
		<u>356.365</u>	<u>121.698</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>1.636.964</u>	<u>1.656.742</u>
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		286.082	318.949
Estaduais		2.647	5.727
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	17	110.037	50.982
Aluguéis		(3.883)	15.629
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	14.2	1.242.081	1.191.273
Lucros retidos / Prejuízos acumulados		-	74.182
		<u>1.636.964</u>	<u>1.656.742</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA I
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício	19	1.242.081	1.265.455
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	18	227.656	243.193
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais		(288.524)	(67.105)
Depreciação e amortização	8 e 9	277.987	291.319
Provisão para riscos	13	(35.767)	53.013
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(11.307)	(15.103)
Tributos a recuperar		(55.288)	(12.417)
Outros créditos		(76.158)	506.255
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		870	(2.757)
Tributos e contribuições sociais		(222.658)	(193.794)
Outras contas a pagar		6.001	726
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais		1.064.893	2.068.785
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		1.077.819	62.076
Aplicações no imobilizado e intangível	8 e 9	-	(181.669)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	8 e 9	-	17.834
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		1.077.819	(101.759)
Atividades de financiamento			
Recursos destinados a aumento de capital		-	630.000
Pagamento de dividendos		(1.191.273)	-
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		(36.126)	(36.126)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		(1.227.399)	593.874
Variação líquida do caixa		915.313	2.560.900
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4.1	2.575.190	14.290
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4.1	3.490.503	2.575.190
Variação líquida do caixa		915.313	2.560.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Reenergisa Geração Fotovoltaica I (“Reenergisa I” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, possui sede na cidade de Capitão Eneas, Estado de Minas Gerais, e tem como objeto de atuação a implantação, desenvolvimento e exploração de usina solar, na modalidade minigeração distribuída, através de sistema de compensação de energia de geração compartilhada.

Em 28 de janeiro de 2022 a controladora Alsol Energias Renováveis S/A (“Alsol”) celebrou com a Vision Sistemas Ltda, contrato de Compra e Venda e Subscrição de Participações Societárias e outras Avenças, por meio do qual se tornou titular de quotas ou ações, conforme o caso, equivalentes a 100% do capital social das seguintes companhias: SPE Vision Solar I Ltda, Vision Francisco Sá SPE S/A, Vision Itaobim SPE S/A, UFV Vision IV Curvelo S/A, SPE Vision V Almenara Ltda, UFV Vision VI Arcos 2,5 MW SPE Ltda, SPE UFV Vision VII Mateus Leme 2,4 MW Ltda, Vision VIII Iguatama 2,4 MW SPE Ltda, Renesolar Engenharia Elétrica Ltda, Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.

Em 06 de maio de 2022, foi concluída a aquisição da Companhia pela sua controladora Alsol.

A Companhia teve a denominação social alterada de Vision Capitão Eneas SPE I S/A para Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A, conforme arquivamento na junta comercial em 21 de junho de 2022.

Nos últimos anos, a Companhia intensificou os investimentos em sistemas próprios para locação com o intuito de expandir sua cartela de clientes e maior atuação no mercado de energias renováveis.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e

passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Práticas Materiais

a) Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Clientes – referem-se as faturas de aluguel de quotas de usinas fotovoltaicas, sendo reconhecido quando faturado o contrato. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas e probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

c) Tributos a recuperar – referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável;

d) Imobilizado – itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente;

e) Intangível – os ativos intangíveis compreendem o direito de uso e os gastos incorridos na aquisição de softwares de manutenção de sistemas;

f) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas – Nota explicativa nº 2.3; e
- Clientes – nota explicativa nº 5;

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025, compreendem fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração – os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Mensuração subsequente – a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado – passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado – após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) **Receitas** – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e

- (iii) **Investimentos de capital** – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- h) **Imposto de renda e contribuição social** – a Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido, com apuração trimestral nos meses de março, junho, setembro e dezembro, mediante o qual os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor efetivamente pago ou a pagar às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela que exceder R\$ 60 mil por trimestre (R\$ 240 mil no ano), aplicados sobre a base de cálculo presumida correspondente a 32% da receita bruta, acrescida das demais receitas sujeitas à tributação, tais como receitas financeiras e ganhos de capital, tributadas integralmente ou com percentuais de presunção específicos conforme a legislação aplicável. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo presumida correspondente a 32% da receita bruta, acrescida das demais receitas tributáveis pelos mesmos critérios aplicáveis ao IRPJ.

Em conformidade com o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza

- i) **Arrendamento** – os contratos são avaliados, se ele é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

– Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

– Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

- j) **Provisões** – são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para

liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso;

- k) Dividendos** – os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido;
- l) Receita operacional** – as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços, sendo composta em sua grande maioria de contratos com clientes. A sua satisfação das obrigações de desempenho é avaliada e mensurada a cada contrato com o cliente. A Companhia somente reconhece as receitas oriundas desses contratos na medida em que haja o cumprimento da obrigação de desempenho implícita em cada contrato.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de locação de usinas fotovoltaicas, é reconhecida mensalmente com base no valor das faturas de locação emitidas e enviadas aos clientes finais. É feito um cálculo sobre a geração de créditos de energia da usina no mês e as faturas são calculadas com base em um percentual de cada cliente consome na usina conectada.

- m) Demais ativos e passivos circulantes e não circulante** – os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e
- n) Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board.

(i) **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025**

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais, portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) / IAS 21 incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ela não é elegível para pela aplicação do IFRS 19. As aplicações em suas subsidiárias serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras no mercado aberto

4.1 Caixa e equivalente de caixa

A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2025 equivale a 90,2% (87,0% em 2024) do CDI.

Descrição	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	785.046	65.444
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	83.944	-
Operações Compromissadas	2.621.513	2.509.746
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante	3.490.503	2.575.190

4.2 Aplicações financeiras no mercado aberto

Descrição	2024
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	
Certificado de Depósito CDB	721.870
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽¹⁾	721.870

(1) Incluiu (R\$721.870 em 2024) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Programa Luz para todos e outros, classificados no ativo não circulante, por se tratar de recursos de liquidez não imediata e com vencimento no longo prazo.

A rentabilidade média ponderada da carteira foi de 100,0% do CDI em 2024.

5. Clientes

Descrição	2024
Serviços não faturados ⁽¹⁾	18.202
Clientes – Vendas de serviços ⁽²⁾	4.996
Total - Circulante	23.198

(1) O valor dos serviços não faturados refere-se à apropriação por provisão na competência referentes à prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas apurados na data do balanço. Os saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento.

(2) Refere-se a serviços de locação das usinas fotovoltaicas.

6. Tributos a recuperar

Descrição	2025	2024
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ	68.351	15.476
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	2.809	3
Outros	2.565	2.958
Total	73.725	18.437
Total - circulante	19.361	6.015
Total - não circulante	54.364	12.422

7. Transações com partes relacionadas

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços prestados ⁽²⁾	Saldo a receber ⁽²⁾	Recursos destinados a futuro aumento de capital ⁽¹⁾
Alsol Energias Renováveis S/A	1.618.936	286.423	-
2025	1.618.936	286.423	-
2024	1.783.231	145.059	(630.000)

(1) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

(2) Serviço de geração distribuída.

8. Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Taxa média anual de depreciação (%)	Saldos em 2024	Depreciação	Saldos em 2025
Imobilizado em Serviço				
Custo				
Máquinas e equipamentos	4,06%	6.583.693	-	6.583.693
Móveis e utensílios	6,25%	1.709	-	1.709
Total do imobilizado em serviço		6.585.402	-	6.585.402
Depreciação Acumulada				
Máquinas e equipamentos		(1.237.531)	(267.420)	(1.504.951)
Móveis e utensílios		(700)	(106)	(806)
Total Depreciação acumulada		(1.238.231)	(267.526)	(1.505.757)
Subtotal Imobilizado		5.347.171	(267.526)	5.079.645
Imobilizado em curso		726.976	-	726.976
Total do Imobilizado		6.074.147	(267.526)	5.806.621

	Taxa média anual de depreciação (%)	Saldos 2023	Adições	Depreciação	Saldos 2024
Imobilizado em Serviço					
Custo:					
Máquinas e equipamentos		6.404.422	179.271	-	6.583.693
Móveis e utensílios		-	1.709	-	1.709
Total do imobilizado em serviço		6.404.422	180.980	-	6.585.402
Depreciação Acumulada:					
Máquinas e equipamentos	4,06%	(956.758)	-	(280.773)	(1.237.531)
Móveis e utensílios	6,25%	(556)	-	(144)	(700)
Total Depreciação acumulada		(957.314)	-	(280.917)	(1.238.231)
Subtotal Imobilizado		5.447.108	180.980	(280.917)	5.347.171
Imobilizado em curso		726.287	689	-	726.976
Total do Imobilizado		6.173.395	181.669	(280.917)	6.074.147

9. Intangível

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2024	Amortização	Saldos em 2025
Direito de Uso – Terrenos				
Custo				
		261.535	-	261.535
Amortização Acumulada	3,82%	(11.333)	(10.461)	(21.794)
Total		250.202	(10.461)	239.741

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2023	Baixas	Amortização	Saldos em 2024
Direito de Uso – Terrenos					
Custo					
		279.369	(17.834)	-	261.535
Amortização Acumulada	3,82%	(931)	-	(10.402)	(11.333)
Total		278.438	(17.834)	(10.402)	250.202

10. Fornecedores

Descrição	2025	2024
Fornecedores de serviços	20.000	19.130
Total - Circulante	20.000	19.130

11. Impostos e contribuições sociais

Descrição	2025	2024
Contribuições ao PIS e a COFINS	8.610	5.452
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	54.609	54.654
Contribuição social s/o lucro - CSLL	21.819	20.109
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.040	5.284
Imposto sobre serviços - ISS	748	748
Outros	1.114	695
Total - circulante	91.940	86.942

12. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente a terrenos para a instalação de usinas fotovoltaicas próprias.

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2024	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2025
Arrendamentos operacionais - Terrenos	25	11,05%	260.005	-	(36.126)	34.505	258.384
Total			260.005	-	(36.126)	34.505	258.384
Circulante			31.849				16.878
Não circulante			228.156				241.506

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2023	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2024
Arrendamentos operacionais - Terrenos	25	11,05%	278.554	-	(36.126)	17.577	260.005
Total			278.554	-	(36.126)	17.577	260.005
Circulante			32.478				31.849
Não circulante			246.076				228.156

Em 31 de dezembro de 2025, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2027	10.461
2028	10.461
2029	10.461
2030	10.461
2031	10.461
Após 2031	189.201
Total	241.506

13. Provisões para riscos trabalhista, cível e fiscal

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista.

13.1 Perdas Prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

	Trabalhista	2025	2024
Saldos em 2024	59.367	59.367	-
Provisões e reversões líquidas	(35.767)	(35.767)	53.013
Atualização	(1.585)	(1.585)	6.354
Saldos em 2025 e 2024	22.015	22.015	59.367

- **Trabalhista**

A Companhia possui processos de natureza trabalhistas em andamento, envolvendo discussões sobre horas extras, equiparação salarial, cuja probabilidade de perdas foi estimada pelos consultores jurídicos como provável.

13.1 Perdas Possíveis:

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatória em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação dos processos com as perdas possíveis:

	Trabalhista	2025
Saldos em 2024	-	-
Mudança de prognóstico e valor pedido	15.157	15.157
Saldos em 2025	15.157	15.157

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$8.271.347 (R\$7.641.347 em 2024) e está representado por 8.271.347 (7.641.347 em 2024) quotas, nominativas e sem valor nominal.

Em Ata de Reunião dos Sócios realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado o aumento de capital social da Sociedade no valor de R\$630.000, mediante a emissão de 7.641.347 630.000 novas quotas, pelo preço de emissão de R\$1,00, passando o capital social de R\$630.000 para R\$8.271.347.

Todas as 630.000 novas quotas ora emitidas são integralmente subscritas e integralizadas, na presente data, pela sócia mediante a capitalização de valor disponível na conta de Adiantamentos para Futuros Aumento de Capital (AFAC) decorrente de aportes realizados até 31 de dezembro de 2024, conforme devidamente registrados na escrituração contábil da Sociedade.

14.2 Dividendos

O contrato social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a distribuição de dividendos, conforme segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.242.081	1.265.455
Absorção de prejuízos	-	(74.182)
Lucro líquido ajustado	1.242.081	1.191.273
Dividendos obrigatórios (25%)	310.520	297.818
. Dividendos a pagar – R\$0,042704605(R\$0,0389745421 em 2024) por quota	310.520	297.818
. Dividendos adicionais propostos – R\$0,12811395 (R\$0,1169237570 em 2024) por quota ⁽¹⁾	931.561	893.455
Total dos dividendos	1.242.081	1.191.273
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

⁽¹⁾ Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.

15. Receita Operacional Líquida

Descrição	2025	2024
Receita operacional bruta		
Locação de equipamentos	1.600.734	2.075.509
Deduções à receita operacional		
PIS	(10.405)	(13.491)
COFINS	(48.022)	(62.265)
Total das deduções à receita operacional	(58.427)	(75.756)
Receita operacional líquida	1.542.307	1.999.753

16. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Custo do serviço	Despesas Operacionais	Total	
	De operação	Gerais e administrativas	2025	2024
Materiais	9.312	-	9.312	-
Serviços de terceiros	42.450	4.044	46.494	177.183
Depreciação e amortização	267.419	10.568	277.987	291.319
Provisões para contingências	-	(35.767)	(35.767)	53.013
Outras	42.122	(21.250)	20.872	40.306
Total	361.303	(42.405)	318.898	561.821

17. Receitas e despesas financeiras

Descrição	2025	2024
Receita de aplicações financeiras	355.949	121.633
Juros Selic sobre impostos a recuperar	402	-
Outras receitas financeiras	14	65
Total receita financeira	356.365	121.698
Juros pagos	(197)	(1.120)
Despesas Bancárias	(26.646)	(12.911)
AVP	(34.505)	(30.597)
Atualização de provisões para contingência	1.585	(6.354)
Outras despesas financeiras	(50.274)	-
Total despesa financeira	(110.037)	(50.982)
Despesas financeiras líquidas	246.328	70.716

18. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	2025		2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receita da prestação de serviços	1.600.734	1.600.734	2.075.509	2.075.509
Alíquota de presunção	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo	512.235	512.235	664.163	664.163
Receita sobre aplicações financeiras	241.619	241.619	121.698	121.698
Outras receitas financeiras	417	417	-	-
Base de cálculo	242.036	242.036	121.698	121.698
Base de cálculo total	754.271	754.271	785.861	785.861
Alíquota	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL	(113.141)	(67.884)	(117.879)	(70.728)
Adicional IRPJ (10% superior da base R\$20 por mês)	(51.427)	-	(54.586)	-
Outros	4.796	-	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(159.772)	(67.884)	(172.465)	(70.728)

19. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações em circulação.

	2025	2024
Lucro do exercício	1.242.081	1.265.455
Média ponderada das ações	8.061.347	6.361.347
Lucro (prejuízo) básico por ação em Reais - R\$ ⁽¹⁾	0,15	0,20

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

20. Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente.

21. Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não examinadas pelos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			2025	2024
Risco Operacional	06/10/2026	90.000	17	17
Total			17	17

22. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, é o que segue:

Descrição	2025	2024
Aumento de capital	630.000	3.840.000

Diretoria

Fernando Lima Costalonga
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia

Guilherme Perdigão Nascimento
Diretor Administrativo-Financeiro

Rodolfo da Paixão Lima
Contador CRC-RJ 107.310/0-0